



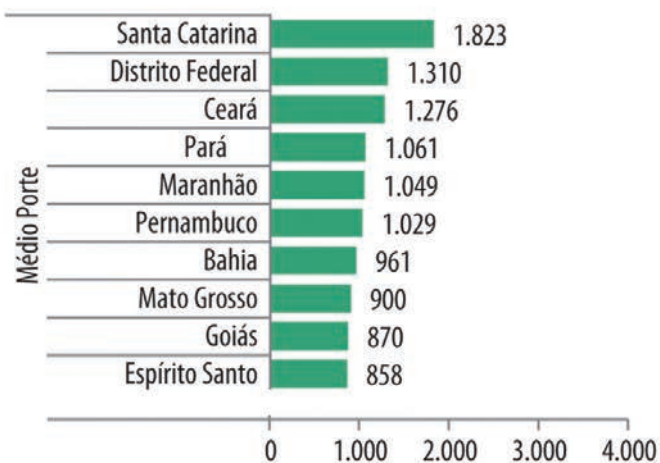
Magistratura de SC tem maior produtividade do país entre TJs de médio porte



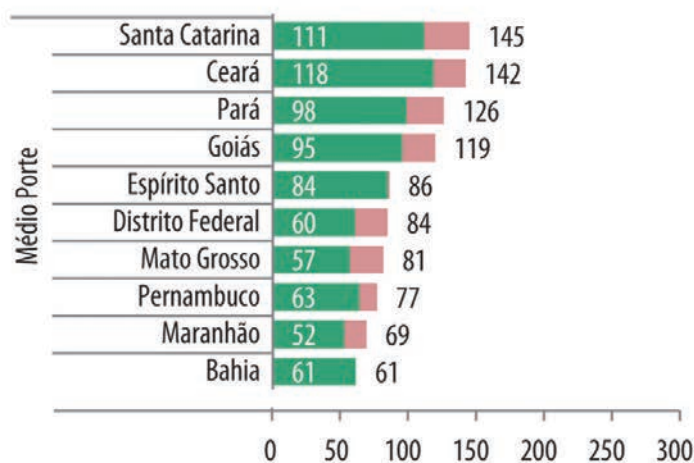
O Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC, dentre os tribunais estaduais de médio porte, é o que possui os magistrados com maior produtividade do Brasil. O Índice de Produtividade de Magistrado (IPM), aferido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, apontou que desembargadores e juízes catarinenses prolataram cada um, em média, 1.823 decisões ao longo do ano – mais de sete sentenças por dia útil de trabalho. São nove tribunais, além do TJSC, que compõem o grupo classificado pelas autoridades de Brasília como de médio porte: da Bahia, Pernambuco, Goiás, Distrito Federal, Espírito Santo, Ceará, Mato Grosso, Pará e Maranhão. Acrescidos à lista os cinco tribunais considerados de grande porte por seus recursos e estruturas - São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul -, o Tribunal catarinense

registra ainda a quarta melhor média de produtividade do país, à frente de Minas Gerais e Paraná. “Esse número é uma demonstração clara de que não falta esforço e trabalho dos magistrados em prestar a jurisdição, mas enfrentamos muitas dificuldades com o sistema legal vigente e as múltiplas opções recursais”, interpreta o desembargador Rodrigo Collaço, coordenador adjunto do Núcleo de Comunicação Institucional do TJ. A produtividade catarinense, explica, é crescente nos últimos anos. O desembargador destaca o processo de seleção dos magistrados, que passam por curso preparatório de quatro meses na Academia Judicial, como um dos fatores que explicam os números registrados, os quais se referem ao ano de 2012, agora compilados pelo CNJ e divulgados no relatório “Justiça em Números 2013”.

IPM - Justiça Estadual



IPS - Justiça Estadual



Visão de Juiz: Paulo Henrique Moritz da Silva

“A promessa constitucional de que nenhuma lesão ou ameaça a direito podem ser excluídas da apreciação do Judiciário tem levado a interpretações ampliativas, concluindo que esse acesso é direto, sem qualquer etapa que anteceda ao menos uma tentativa de resolução extrajudicial do problema. A possibilidade de ingressar com imediata ação judicial para obter benefício previdenciário ou o fornecimento de remédios, sem prévio requerimento administrativo, é demonstração clara dessa assertiva. As portas da Justiça estão sempre abertas, como se houvesse espaço sobrando para acolher a todos, numa generosidade quase maternal. E assim vivemos num dilema constante e num sofrimento generalizado, das partes e dos operadores do sistema. Será que tem sido razoável esse posicionamento? Penso que não, *data venia*. Permitir e incentivar que os litígios sejam resolvidos sem a intervenção judicial é mais que uma política a ser implementada em



termos de gestão judiciária, é nossa única salvação! Ora, qual a razão lógica para obstar qualquer credor de tentar resolver seus problemas fora do Judiciário? Se o sistema normativo reúne elementos para buscar tal satisfação, por que impor uma interpretação restritiva? As formas de constituição do crédito realmente diferem nos âmbitos público e privado, mas isso não impede que se dê tratamento igualitário aos credores. Não vejo maior força executiva numa Nota Promissória que numa CDA. Para os credores privados, os caminhos para o protesto de títulos e para a inscrição no SPC e Serasa se abrem com extrema facilidade. Por que afastar essa faculdade ao credor público?”

* Juiz de Direito de 2º Grau do TJSC

TJ apresenta para Sinjusc, Sindojus e AMC resolução que cria auxílio-saúde

O desembargador Torres Marques, presidente em exercício do Tribunal de Justiça, promoveu na manhã do dia 8/4, em seu gabinete, a entrega aos dirigentes do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina (Sinjusc), Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado de Santa Catarina (Sindojus) e Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) de ofício com cópia da minuta de resolução que dispõe sobre subsídio para plano de assistência de saúde, que beneficiará servidores e magistrados.

Os presidentes Laércio Raimundo Bianchi (Sinjusc), César Rubens Deschamps (Sindojus) e Sérgio Luiz Junkes (AMC) têm prazo de 10 dias para analisar o documento e propor sugestões. Em linhas gerais, o plano institui o auxílio-saúde, estabelece valores diferenciados por grupos de faixa etária e determina sua implantação a partir do próximo mês de junho. Os juízes auxiliares Vitoraldo Bridi e Sílvia Franco acompanharam as três audiências.

Perfil

Flávio José da Luz



Há 28 anos na Casa, Flávio concilia os trabalhos no TJ com muita música, já que canta no coral da Associação dos Magistrados Catarinenses. Conseguiu, sem dificuldades, arranjar tempo nos últimos 13 anos para participar dos jogos forenses. Mesmo que isso lhe custe algumas fraturas, como no último ano, quando acabou lesionado após competir em corrida rústica, 100 metros, 800 metros e salto em distância.

Outra grande paixão do servidor são as viagens. Brinca ao dizer que só não vai ao espaço sideral porque não tem certeza da volta. Afora isso, já deu a volta ao planeta, com exceção do Japão. Além dos 5 continentes, conhece os oceanos Atlântico, Pacífico e Índico. Flávio pisou em terras como Marrocos, Caribe, África do Sul, Terra Santa, Dubai, Índia, China, Bali, EUA e países da Europa.

Sempre animado, embora modesto, diz ser impossível, para si, não viajar. Lembra que, desde os tempos em que o dólar não era tão caro, já fazia as malas. A primeira viagem foi para uma ilha na Venezuela, com a família. De lá para cá, as passagens pelos aeroportos só aumentam. Em 2013 esteve em seis países, sozinho, em excursões ou com grupos do Tribunal. E a experiência mais marcante foi subir “a bordo” de um elefante para conhecer palácios indianos.

Flávio ensina que é preciso aproveitar a vida porque ela é curta, e que devemos nos realizar de acordo com nossos desejos, gostos e aspirações. Diz que “viajar é abrir os olhos para o mundo”. Assim, aprendeu muito sobre culturas, comidas, modos de vida dos países exóticos e diferenças imensas de um país para outro.

Presidente recebe dirigentes da Caixa Econômica Federal em audiência no TJ



Presidente do TJ faz 1ª visita institucional à OAB e exalta convergências

